

Europa e Europas no Discurso da Seara Nova (1921-1929)

Natália Neves dos Santos

Doutoranda do CEIS20-UC

E-mail: nataliasofians@hotmail.com

Resumo

O presente artigo debruça-se sobre a ideia de Europa presente na revista *Seara Nova*, ponto de encontro de parte da intelectualidade portuguesa, ao longo dos anos 20 do século passado. Procura também aferir o seu contributo na consolidação do *sentimento europeu* e da sua posição quanto a iniciativas europeístas então surgidas. Situa-se, portanto, no pós-1ª Guerra Mundial, momento em que o quadro político e territorial internacional está em mudança, em busca de novo eixo de equilíbrio entre as diversas potências e em que princípios como internacionalismo, europeísmo, universalismo e pacifismo são relançados e repensados nos debates relativos aos assuntos internacionais.

Palavras-chave: intelectuais; europeísmo; internacionalismo; pacifismo; Sociedade das Nações.

Abstract

This article focuses on the idea of Europe present in *Seara Nova* magazine, meeting point of portuguese intellectuality, during the 20's of the last century. It also aims to assess its contribution to the consolidation of the European sentiment and its position towards europeanist initiatives which then emerged. It is situated during post-World War 1 era, at a time in which the international political and territorial picture is changing, in search of a new balance between the various Powers, and in which principles such as internationalism, europeanism, universalism and pacifism are recast and rethought in the discussions of international affairs.

Key-words: intellectuals; europeanism; internationalism; pacifism; League of Nations.

Notas Introdutórias

Há pouco mais de 30 anos, os claustros do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, eram palco da concretização de uma ambição, para muitos, antiga: a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), quase doze anos depois do termo do autoritarismo marcelista e do início do processo de democratização do país. Estava-se a 1 de Janeiro de 1986, sensivelmente a meio caminho entre os tempos em que, olhando para trás, a democracia, a paz, a justiça e a solidariedade haviam alicerçado o projecto europeu e dos tempos de crise e desintegração comunitárias a que hoje inegavelmente se assiste. Com efeito, a *Europa* unida, fraterna, de partilha e auxílio mútuo que o pós-2ª Guerra Mundial viu nascer encontra-se agora, mais do que em qualquer outro momento da sua História, em perigo. O espaço de comunhão sonhado e construído por múltiplos políticos e pensadores enfrenta um cenário pintado de incertezas para o qual contribui a rede de complexidades do mundo actual que parece, inclusivamente, fazer-lhe esquecer os seus valores fundacionais, bem como os feitos e sucessos que, apesar de todas as contrariedades, soube conquistar em décadas de existência.

Esta não é a primeira crise global que a Europa atravessa. Há 100 anos, a 1ª Grande Guerra (1914-1918) fê-la mergulhar num conflito à escala mundial que a deixou dilacerada, em ruínas, obrigando o *velho continente* a repensar-se, a reconstruir-se e a reafirmar-se por dentro e para fora. O estabelecimento de uma nova ordem internacional e a redefinição do xadrez político mundial assim o exigiram. O fim dos impérios, a vitória das democracias, o aparecimento de novas entidades territoriais e a emergência dos Estados Unidos da América (EUA) como nova potência mundial abriram portas a uma nova era no plano do entendimento supranacional e à criação da primeira organização de essência universalista da História: a Sociedade das Nações (SDN). Em paralelo, ganharam novo alento os movimentos que, a uma escala mais reduzida, se voltavam para a Europa, numa tentativa de lhe redefinir a identidade e convertê-la em algo mais do que uma definição geográfica ou um conceito cultural. Portugal não lhes foi alheio e tornou-se participante de um debate que, durante décadas, procurou repensá-

la em múltiplas dimensões, ao mesmo tempo ele próprio em processo de recomposição e redefinição desde 1910, na sequência da implantação da República.

Neste contexto, pretende o presente artigo dar atenção a uma das publicações mais emblemáticas da I República (1910-1926). Trata-se da revista *Seara Nova*, nascida em 1921, ponto de encontro de parte da nata *pensante* do país - a mesma que ajudara à difusão do republicanismo na sociedade nacional e que serviu de sustento ao novo regime, no qual os intelectuais têm estatuto de condutores dos destinos colectivos:

Obra de intelectuais e dos seus discípulos, a I República será permanentemente questionada por sucessivos grupos de intelectuais, fundadores de movimentos culturais vários: desde a Renascença Portuguesa até à *Seara Nova*, passando pelo modernismo futurista. Todos eles atribuem ao intelectual um papel orientador e mesmo directivo na transformação da sociedade, pretendendo mesmo em alguns casos que os políticos se lhes subordinem inteiramente!

Ora, a *Seara Nova* surge neste cenário como “o mais influente e mais interventor grupo de intelectuais” do novo regime, contando até com a participação, a partir de 1923, de António Sérgio, ele mesmo um dos grandes teóricos da responsabilidade dos intelectuais na orientação de uma comunidade. Tal estatuto está comprovado no esforço que os seareiros, efectivamente, aplicam no sentido de promover um “pensamento estratégico de intervenção suprapartidária na sociedade portuguesa, com vista a superar a crise mental, ideológica, política e económica do regime liberal republicano em vigor”¹, como se verá.

Por conseguinte, é através da *Seara Nova* que se visa aferir o seu contributo à renovação, à reformulação e à consolidação da ideia de Europa enquanto entidade cultural, civilizacional e política ao longo da década de 20 do século passado. Ter-se-á em consideração a diversidade de leituras, críticas e interrogações que tal debate

¹ REIS, António - “Intelectuais e a República”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord. ger.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. 2. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2013-2014. ISBN 9789725565582. pp. 479-481. Leia-se, a título exemplar, o esclarecimento feito pela *Seara Nova* no contexto da tomada de posse do Governo de Carlos Maia Pinto (5 de Novembro - 16 de Dezembro de 1921): “Mais uma vez um dos directores da *Seara Nova* foi vivamente instando para entrar no govêrno ou para indicar outro dos directores a participar do poder; e uma vez mais qualquer dos membros da direcção e o mesmo grupo reunido terminantemente recusaram o convite. Não o fizeram pelo horror às responsabilidades, nem agora o proclamam por envaidecimento estulto. Estas palavras têm um único fim: mostrar que os nossos actos estão de acôrdo com as ideias que apregoamos. Nenhum dos membros da *Seara Nova* poderá exercer qualquer alta delegação dos seus princípios, sem que em volta dêles se forme a necessária corrente de opinião pública.” “A *Seara Nova* e o Poder”, in *Seara Nova*, 5 de Dezembro de 1921, p. 119.

promove, sem perder de vista o contexto da posição portuguesa no mundo, imprescindível, aliás, para melhor se compreender a relação entre Portugal e as restantes nações europeias e pelo qual se inicia tal tarefa, logo após uma breve introdução às linhas gerais da revista.

Será uma viagem, deste modo, pelas reflexões seareiras sobre problemáticas externas, num momento em que Portugal, inquieto, inseguro, ferido e fragilizado, se encontra numa encruzilhada, como há 30 anos, entre *si* e os outros. Será uma viagem que pretende contribuir para o repensamento do presente e do futuro da Europa civilizacional e institucional, evocando as causas, as necessidades e as aspirações que relançaram o movimento europeísta nos inícios do século XX, numa altura em que a refundação da Europa surge como essencial ao (re)encontro consigo mesma e com e as suas *razões de ser*.

1. O “Grupo da Biblioteca” e a *Seara Nova*

Nas primeiras décadas do século XX, a Biblioteca Nacional é palco de intensa actividade cívica, política, cultural e intelectual e importante ponto de encontro de destacadas individualidades que, não raro, se dedicam à discussão e à reflexão em torno de urgentes e/ou emergentes problemáticas nacionais. É sob esse pano de fundo que se assiste, em 1919, ao nascimento do chamado “grupo da Biblioteca”, conjunto de prestigiados intelectuais republicanos que, atento às realidades do país e consciente da sua urgente necessidade de regeneração global, procura desenvolver uma espécie de programa que contribua positivamente para tal tarefa. São, com efeito, as preocupações e os objectivos partilhados que levam Jaime Cortesão, Luís da Câmara Reis, Raul Brandão, Raul Proença, Aquilino Ribeiro e Ferreira de Macedo² a criar um órgão de imprensa que espelhe o propósito essencial de “criar um vasto movimento de opinião pública que impusesse aos políticos e partidos republicanos um plano de reformas institucionais, económicas e educativas a realizar por governos estáveis e competentes”. Com vista a tal horizonte e após chamarem à co-direcção deste projecto Augusto

² Note-se que António Sérgio e Raul Proença, antes de integrarem o grupo fundador da *Seara Nova*, passaram pela Renascença Portuguesa, mas o confronto entre a sua posição, favorável ao “alinhamento de Portugal com a Europa progressiva do tempo”, e a de Teixeira de Pascoaes, empenhado na conversão da “sua filosofia nacionalista do saudosismo como doutrina oficial” daquela provocara ao seu afastamento. REIS, António - “Intelectuais e a República”, ..., p. 480.

Casimiro, Faria de Vasconcelos e José de Azeredo Perdigão, lançam o primeiro número da *Seara Nova*, a 15 de Outubro de 1921.

Embora associados sob “o signo de uma heterogeneidade ambígua”³ e sem um programa único de princípios, metas e planos de acção comum, une “os seareiros um conjunto de valores, uma atitude de espírito que eles consideravam essenciais: ‘espírito crítico, do método científico, do rigor, sinceridade e probidade do pensamento, cada vez mais raros no nosso país’”⁴. Com efeito, a *Seara Nova* assume-se desde sempre como revista de análise, crítica e reflexão, acusando afeição, no essencial, à tradição iluminista, celebrante do Homem que, racional, pensante “*por si mesmo*”⁵ e detentor de autoridade interna, tem consciência da sua liberdade (inata) e dos direitos dela recorrentes e, por isso, se converte em agente activo na comunidade em que se insere e responsável, em última instância pelo seu próprio destino. Assim se explica que, ao invés de encararem a política e a participação cívica como formas de prisão dos indivíduos, os seareiros as tenham como autênticas vias de libertação individual e social, porque garantes dos direitos humanos.

Por conseguinte, é dentro deste fundo ideológico que se pode fazer a leitura dos objectivos a que a *Seara* se propõe no número inaugural, cuja riqueza passa também, em larga medida, pelo espelhamento simultâneo do ideário republicano que trespassa tais linhas. Em primeiro lugar, porque, além de reforçar a “crença iluminista no poder das ideias na transformação da sociedade e dos homens”⁶, apresenta uma outra dimensão da actuação seareira: a propagandística e doutrinária, suportada na forte aposta na renovação das mentalidades, na necessária “revolução espiritual das elites”⁷, tão cara aos republicanos portugueses e profundamente subsidiária do seu intuito de construção de um novo Homem, o *homem novo*⁸. Em segundo lugar, porque apela ao envolvimento

³ REIS, António - “Seara Nova (Grupo)”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord. ger.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. 3. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2013-2014. ISBN 9789725565599, pp. 761-762.

⁴ *Seara Nova* apud AMARO, António Manuel Antunes Rafael - *A Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*. Viseu: Universidade Católica portuguesa, Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu, 1995, p. 25.

⁵ PEREIRA, Miguel Baptista - “O Neo-Iluminismo Filosófico de António Sérgio”, in CATROGA Fernando, HOMEM, Amadeu Carvalho (coord.) - *Revista de História das Ideias*, vol. 1, 5. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, p. 45.

⁶ REIS, António - “Seara Nova (Grupo)”, ..., p. 762.

⁷ Elites políticas e intelectuais, embora os seareiros não descurem a mesma em relação às camadas jovens.

⁸ Sobre este conceito, leia-se CARVALHO, Paulo Archer de - “Homem Novo”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord. ger.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. 3, ..., pp. 320-325.

colectivo nos assuntos públicos com vista ao bem comum e independente de interesses restritos. Em terceiro lugar, porque pretende apresentar e defender um conceito alternativo de “revolução”. Por fim e em quarto lugar, porque visa constituir-se parte activa no repensamento das relações internacionais, em sentido de visível abertura e espírito pacifista⁹ e de comunhão, numa época ainda nitidamente afectada pela memória de uma guerra mundial de proporções e consequências catastróficas. Confirme-se:

Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação;

Criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias;

Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos;

Protestar contra todos os movimentos revolucionarios, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;

Contribuir para formar, acima das Patrias, a união de todas as Patrias uma consciência internacional bastante forte para não permitir lutas fratricidas.¹⁰

Ao longo dos anos, a *Seara Nova* regista alguma dificuldade em manter a publicação regular, o que é agravado pelas relações nada amistosas que os seareiros desenvolvem com a Ditadura Militar, nascida do golpe de 28 de Maio de 1926¹¹. A censura do novo regime cai sobre a revista cuja publicação chega mesmo a ser proibida

⁹ O pacifismo, enquanto movimento organizado, surge no século XIX, depois das guerras napoleónicas, materializado na realização de congressos de paz e em organizações como a New York Peace Society (1815), Society for the Promotion of Permanent and Universal Peace (1816), a American Peace Society (1828), a Societé de la Paix de Genève (1830) ou a Ligue de la Paix et de la Liberté (1867). O pacifismo chega, naturalmente, a Portugal e também aqui se assiste à criação de associações respectivas, como a Liga Portuguesa da Paz, de 1899. No plano individual, Sebastião de Magalhães Lima é um dos principais mentores portugueses do anti-militarismo, para si profundamente associado ao ideário republicano. SAMARA, Alice - “Pacifismo”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord. ger.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. 3, pp. 131-132.

¹⁰ *Seara Nova*, 15 de Outubro de 1921, p. 1.

¹¹ A este propósito, sintetiza António Reis: “O Golpe Militar do 28 de Maio de 1926 não suprime o Grupo, mas merece-lhe uma resposta algo ambígua, através de uma «nota oficiosa» que, sem condenar explícita e abertamente o golpe, equaciona as duas hipóteses que então se abrem aos seareiros: a do apoio a «um governo excepcional e com liberdade de ação, composto de competências, o qual tenha por objecto realizar as reformas essenciais, estabelecer a moralidade administrativa e fazer uma obra de educação cívica, a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições democráticas, adaptadas às necessidades do nosso tempo»; a da reprovação de «um governo com a tendência a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas» (*Seara Nova*, n.º 90, 3 de Junho de 1926). Com a evicção de Cabeçadas por Gomes da Costa, a 17 de Junho, que suscita a presença no Quartel do Carmo dos seareiros Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro, tudo se torna mais claro para o grupo, que, ainda assim, continua a insistir na formação de um governo nacional de competências, para cuja chefia propõe o nome prestigiado do almirante Gago Coutinho, num último apelo que não obteria qualquer eco.” REIS, António - “Seara Nova (Grupo)”, ..., pp. 763-764.

entre 15 de Julho e 12 de Agosto de 1926, dia em que sai novo número, com referências sarcásticas e irónicas à censura do novo regime: “Estamos a coleccionar os artigos cortados por eles; se chegarem para dar um número sairão, em melhores dias, com uma dedicatória aos censores”¹². De novo cai o silêncio censório sobre a *Seara*, suspensa, desta feita, até 14 de Abril de 1927, numa altura em que está já em causa a vitalidade da revista - António Sérgio fora forçado ao exílio no ano anterior¹³, ao passo que Raul Proença, Jaime Cortesão e João Sarmento Pimentel seguem idêntico destino, após a sua participação na frustrada revolta de Fevereiro de 1927, a primeira e mais intensa tentativa de derrube da Ditadura Militar¹⁴. A partir de então, a direcção da *Seara Nova* altera-se profundamente, passando “a ser assegurada por um grupo mais simbólico que efectivo de sete titulares”: a par dos exilados Sérgio, Cortesão, Proença e Sarmento Pimentel, incorporam-na Sarmento de Beires, Câmara Reis e Mário de Azevedo Gomes.¹⁵ É em tal situação que a publicação se mantém, pelo menos, até fins da década em análise.

2. Portugal e os *outros*: a perspectiva global

2.1. Do internacionalismo ao pacifismo

Na sua essência e de um modo geral, os seareiros encontram na secular nação portuguesa uma natureza quadruplicamente internacionalista, universalista, cosmopolita e pacifista, sustentada, segundo os próprios, pela evidências da História nacional. Considera-se importante uma viagem, ainda que breve, por tais visões para que melhor se possa(m) entender a(s) ideia(s) de Europa presente(s) na *Seara Nova*. Dentro desta linha de pensamento, as afirmações de António Sérgio são modelares:

[...] povo que na história do mundo foi por essência um navegador, e que, sendo de origem cosmopolita, teve por missão abraçar a terra e pôr-se em contacto com tôdas as raças; [...] povo em suma, de quem o épico disse no seu poema:

e, se mais mundo houvera, lá chegara.

¹² “A ‘Seara Nova’ e a Censura”, in *Seara Nova*, 12 de Agosto de 1926, p. 465.

¹³ Está em Paris, onde permanecerá até 1933.

¹⁴ Este episódio e as circunstâncias que o rodeiam estão mais detalhadamente tratados em outras obras, entre as quais a de FARINHA, Luís - *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 9723313855.

¹⁵ VENTURA, António - *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 4.

Fadados à sina de transpor limites, tivemos um carácter universalista pela nossa acção no mundo físico. Está na índole da nossa história que o tenhamos também no mundo moral.¹⁶

O mesmo se pode dizer das declarações de Jaime Cortesão:

O período mais belo da história portuguesa marcou para sempre a nossa tradição dum carácter universalista. [...] E enquanto fôrmos um povo com interesses espirituais e económicos espalhados por todo o mundo, implícitamente havemos de manter o culto dessa vasta tradição.¹⁷

O historiador defende a mesma tese num outro artigo em que, situando Portugal no contexto da nova e positiva dinâmica europeia entre os XI e XIV, coloca em evidência o universalismo a partir de então manifestado, intimamente associado à essência democrática e independente da nação:

Ora o traço entre todos iminente da fisionomia nacional é o carácter profundamente universalista, nas suas origens, na sua formação, na sua missão, nas suas conseqüências, da história portuguesa.

[...]

[...] Ao lado do carácter universalista que marca a nação desde as suas origens, nós vamos encontrar na base das suas liberdades públicas e da própria independência nacional, a vivificá-las, a renovação das condições do trabalho e um espírito de autonomia em luta e oposição permanente contra o estrangeiro.

[...]

[...] São essas tendências universalistas, desenvolvidas durante a nossa Idade Média, que eclodiram e triunfaram durante a revolução que levou ao trono o Mestre de Avis, determinando a formação social predominante, a missão histórica e o carácter ideal da nação.¹⁸

Igualmente paradigmático é o prisma de Raul Proença, particularmente evidenciado numa série de artigos de refutação ao Integralismo Lusitano. Assim, se, por um lado, considera que a democracia “exige que se transcendam as fronteiras das nações e façam de cada democrata um ‘cidadão do mundo’”, por outro, vê no internacionalismo um instrumento fundamental não só à conservação das pátrias, na medida em que “as conserva para as fazer servir o mesmo largo ‘patriotismo humano’”, mas também à preservação da paz, uma vez que tal doutrina propõe a “criação duma consciência, duma vontade e dum direito supra-nacionais que ponham termo ao estado de guerra entre as nações e instituem as pátrias em servidoras do mesmo ideal

¹⁶ SÉRGIO, António - "Trechos da História de Portugal", in *Seara Nova*, 27 de Junho de 1929, p. 364.

¹⁷ CORTESÃO, Jaime - "Lisboa e Florença. A Expedição de Pedro Alvares Cabral e a Família dos Marchioni", in *Seara Nova*, 15 de Fevereiro de 1922, p. 214.

¹⁸ *Idem* - "A Formação Democrática de Portugal", in *Seara Nova*, 22 de Novembro de 1928, p. 345.

humano”¹⁹. Não considera, por conseguinte, o internacionalismo como impossível ou utópico, ao contrário dos seus críticos:

[...] como as diferenças entre os indivíduos não impedem a sua reunião em províncias, e as diferenças entre estas a sua reunião em nações, do mesmo modo as diferenças entre as nacionalidades não devem constituir obstáculo à formação de uma comunidade internacional.

Com efeito, o discurso de Raul Proença apresenta harmonia total entre os diferentes conceitos que o corporizam. Não só os valores democráticos estão em consonância com o internacionalismo e o universalismo inerentes à nação portuguesa, em estreita correlação com o sentimento pacifista, numa conjugação de elementos que, inclusivamente, dará à luz um patriotismo de carácter prospectivo:

[...] Uma pátria será tanto maior o[u] mais bela, não quanto mais prejudicial e inumana fôr para as outras, mas quanto mais tiver feito por elas, quanto mais tiver servido a causa comum da humanidade. [...]

[...]

[...] Sermos internacionalistas constitui, pois, para nós, em tudo e por tudo, a única maneira de guardarmos para com o espírito da nossa pátria uma inteira fidelidade.²⁰

Foque-se, por ora, a atenção no aspecto do pacifismo. Na verdade, não se deve estranhar a insistência que os integrantes da *Seara Nova* colocam na apologia da atitude pacifista, da partilha internacional e da concórdia entre as nações não só quando em referência ao caso português, mas também reportando-se à esfera mundial. Os anos 20 são vividos sob o fantasma e as consequências imensas da Grande Guerra, sob um cenário que, portanto e naturalmente, justifica o fomento das ideias pacifistas por entre muitos políticos e intelectuais de todo o mundo, empenhados que estão na difusão e na consolidação da paz enquanto elemento indispensável ao regulamento das relações

¹⁹ Este é um dos pontos fulcrais ao entendimento da oposição entre o pensamento nacionalista do Integralismo Lusitano e os defensores do internacionalismo e da democracia, segundo Proença: enquanto que um nacionalista acérrimo não exclui o recurso à guerra ofensiva para com as outras nações sempre que estiverem em causa os interesses da sua pátria, os internacionalistas não legitimam o uso das armas, excepto no caso de uma luta defensiva. A seguinte afirmação sumula tal princípio: “Pode-se ser democrata, e ao mesmo tempo tão patriota como os mais patriotas dos integralistas”. Não deixa, todavia, de evidenciar a diferença fundamental entre democratas e integralistas: “simplesmente nos é vedada, se queremos ser consequentes, toda a ideia de nacionalismo agressivo”. PROENÇA, Raul - "Nacionalismo e Internacionalismo", in *Seara Nova*, 1 de Julho de 1922, p. 40.

²⁰ PROENÇA, Raul - "Nacionalismo e Internacionalismo", in *Seara Nova*, 1 de Julho de 1922, pp. 40-42.

comunitárias à escala nacional e internacional²¹. Ao acentuarem a imperativa convivência fértil e saudável entre povos com vista à sua reconstrução moral e material, promovem múltiplas iniciativas, as quais encontram, não raro, na *Seara Nova* e nos seus colaboradores prolongamento do pensamento pacifista e seus acérrimos porta-vozes.

Sebastião da Costa é um dos que entendem a paz como “condição essencial da felicidade humana”, da harmonia social e dependente, em primeira instância, da educação que em prol dela a comunidade desenvolva:

A paz humana é postulado indispensavel para a solução dos demais problemas sociais.

[...]

Aos educadores - pedagogistas e pedagogos - cumpre encaminhar, sábia e pacientemente, a humanidade para essa era feliz de apaziguamento dos instintos guerreiros. Nenhum meio para mim mais eficaz do que êsse.

Reforçando a mensagem, diz ainda: “Eduquemo-los [os jovens] na compreensão de que a felicidade individual não só não é compatível com a felicidade colectiva, mas esta é condição irrefragável daquela. Para dentro e para fóra das pátrias êste deve ser o principio basilar da nova educação”²². Assim, de acordo com Sebastião da Costa, devem acompanhar o valor pacifista os ideais da tolerância solidariedade e da não-agressão, inculcando-os nos espíritos dos jovens desde a sua infância.

António Sérgio é outro dos protagonistas do combate pela paz. A adesão a tal valor está espelhada na sua participação no VIII Congresso Democrático Internacional pela Paz (Setembro de 1928), durante o qual, a propósito, é criada a Acção Internacional Democrática pela Paz cuja “alta significação moral se coaduna com o espírito pacifista da *Seara Nova*”²³, assume esta. Note-se, em paralelo, a colaboração de Sérgio na redacção do estatuto²⁴ da Acção (aprovado a 22 do dito mês), amplamente divulgado no periódico²⁵. Igualmente relevante é o facto de ser o mesmo seareiro quem é, ainda

²¹ A propósito deste conceito e do movimento pacifista reimpulsinado em inícios da década de 20 do século passado, sensivelmente, veja-se a obra *Pacifisme et Internationalisme. XVII-XX Siècles. Textes Choisis et Présentés par Marcel Merle*. Paris: Armand Colin, 1966.

²² COSTA, Sebastião da - "Educação Pacifista", in *Seara Nova*, 15 de Março de 1922, pp. 257-259.

²³ *Seara Nova*, 11 de Outubro de 1928, p. 237.

²⁴ “Pela Paz”, in *Seara Nova*, 11 de Outubro de 1928, p. 237.

²⁵ A leitura do estatuto da Acção permite aferir a consonância de interesses entre esta e o pensamento seareiro, a começar pela declaração de princípios que inaugura o documento: “L’ACTION internationale démocratique pour la paix se propose de collaborer à l’organisation de la paix dans le monde par une oeuvre de désarmement des haines et de meilleure compréhension mutuelle entre les peuples. Elle préconise l’union sacrée de tous ceux qui voient dans l’organisation de la paix un grand problème d’éducation morale des peuples, avant même d’y voir un problème d’organisation technique internationale.” É com base neles que a Acção, efectivamente, apresenta um conjunto de propostas na

durante o congresso, responsável por discursar perante a jovem associação Voluntários da Paz²⁶, uma das entidades participantes no referido congresso.

Meses depois, os seareiros expressam o seu apoio a Clifford Burke Harmon, presidente da Liga Internacional de Aviadores, aquando da apresentação da sua proposta à SDN para a criação da *Liga Internacional dos Aviadores ao Serviço da Paz*, a funcionar como um “*exército internacional aéreo, ao serviço da Paz*”²⁷. Secundando outras entidades, a *Seara Nova* mostra-se desejosa de que também em Portugal se promova o projecto “*com o entusiasmo que merece, e que a Aviação Portuguesa, cujos feitos constituem uma garantia do seu valor, afirme o desejo de colaborar nessa obra de civilização que tanto pode contribuir para a realização da Paz Mundial*”²⁸.

2.2 A *Seara Nova* perante a Sociedade das Nações

No panorama do mundo do pós-guerra, a SDN não é alheia, na sua génese, a nenhum dos ideais expostos até ao momento, ainda que, em sentido prático, mais do que instituição universal, universalista e pacifista, tenha sido palco de negociações e interesses euro-americanos, inserida numa disputa por uma nova hegemonia, como se verá.

procura de “un idéal de paix totale: paix entre tous les individus et tous les milieux sociaux, comme entre tous les peuples et toutes les races”, que passa pela aposta na educação e no ensino para a paz (o papel dos educadores na divulgação da Sociedade das Nações e do seu projecto junto dos jovens, o intercâmbio entre estudantes em prol do progresso das relações culturais, a importância dos *mass media* e da literatura na difusão do ideal pacifista), em reformas políticas (nomeadamente a da SDN, no sentido de reforço dos laços entre os seus membros e da elaboração de um novo Direito internacional) e sociais (de combate aos vícios e de aproximação dos trabalhadores, através de sindicatos). “Acção Internacional Democrática pela Paz”, in *Seara Nova*, 25 de Outubro de 1928, p. 274.

²⁶ Agrupamento pacifista constituído em Janeiro de 1928 por iniciativa de Marc Sangnier e formado por “escoteiros franceses que se consagram especialmente a criar a atitude espiritual da Paz e da fraternidade entre as nações”. “Alocação aos ‘Voluntários da Paz’”, in *Seara Nova*, 15 de Novembro de 1928, p. 333. Veja-se, a tal propósito, PRAT, Olivier - “‘La Paix par la Jeunesse’. Marc Sangnier et la Réconciliation Franco-Allemande, 1921- 1939”, in *Histoire@Politique. Politique, Culture, Société*, 2010. ISSN 1954-3670. [Acedido a 28 de Junho de 2016]. Disponível na internet: https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=HP_010_00100.

²⁷ Este projecto insere-se no contexto da assinatura do Pacto de Paris (também conhecido como Pacto Kellog-Briand), a 27 de Agosto de 1928, propondo, com efeito, o seu autor aos signatários deste e aos membros da SDN a criação de uma “polícia aérea” desta organização para pronta intervenção em caso de “ameaça de guerra”. BÜISEL, Américo - “O Pacto de Paris”, in *Seara Nova*, 11 de Abril de 1929, p. 182. Refira-se, aliás, que tal pacto não reunirá consenso, pois as opiniões sobre o mesmo dividir-se-ão essencialmente entre considerá-lo um factor de oposição entre a Europa e os EUA e vê-lo como factor de união entre os últimos e a SDN.

²⁸ “A. Liga Internacional dos Aviadores ao Serviço da Paz”, in *Seara Nova*, 1 de Abril de 1929, p. 173.

Com a assinatura do armistício que põe termo à 1ª Grande Guerra (11 de Novembro de 1918), convoca-se, para Paris, um congresso com vista à elaboração de um tratado de Paz entre vencedores e vencidos, encontro que conta, naturalmente, com a presença portuguesa no grupo dos vitoriosos, através de uma delegação inicialmente presidida por Egas Moniz²⁹. É uma participação, na verdade, desejada, pois, em teoria, espera-se que ela permita a Portugal velar, em primeira mão, pelos seus interesses, no que respeita à obtenção de indemnizações de guerra e à preservação dos territórios coloniais³⁰. Além do mais, coloca os portugueses na origem da primeira organização mundial promotora da paz e da segurança colectivas³¹ que resultará da assinatura do Tratado de Versalhes - a Sociedade das Nações, o que alguns pensavam em Portugal ser favorável à tentativa de reposicionamento nacional, mais concretamente no panorama europeu face à vizinha Espanha e à velha aliada Inglaterra. Corroborá-lo José Medeiros Ferreira, ao afirmar que a SDN “foi encarada como factor de maior liberdade de acção de Portugal face à Grã-Bretanha e face aos balanceamentos tradicionais da política externa portuguesa entre Londres e Madrid”³². A esse propósito, não pode ser mais elucidativo o depoimento de João Chagas, datado de Janeiro de 1919, mostrando que tais intuítos não são de agora:

Na realidade, entrámos na guerra para nos impormos ao respeito e à consideração das nações. Entrámos na guerra para que o mau vizinho que é a Espanha renunciasse de vez às suas intrigas contra nós, para que a nossa velha Aliada, a Inglaterra, cessasse de ver em nós o pupilo histórico e não voltasse a decidir da sorte das nossas colónias em tratados secretos com as nações suas rivais, finalmente para que a nossa solidariedade na obra do sacrifício comum se traduzisse, aos olhos do mundo, por um acréscimo de prestígio. Numa palavra, nós entrámos na guerra para ter um lugar que nos faltava entre as nações [...].³³

²⁹ Composta “pelos doutores Santos Viegas, Espírito Santo Lima, coronéis Eduardo Marques e Freire de Andrade, e capitão-tenente Botelho de Sousa, entre outros.” FERREIRA, José Medeiros - “Conferência de Paz”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord. ger.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. 1. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2013-2014. ISBN 9789725565575, p. 833. A partir de 17 de Março de 1919, Afonso Costa substitui Egas Moniz na Presidência da delegação.

³⁰ Os resultados não seriam, todavia, os esperados. Veja-se, em traços gerais, os efeitos destas negociações para Portugal em FERREIRA, José Medeiros - “Conferência de Paz”, ... p. 836.

³¹ Como afirma Freddy Vivas, “la nueva organización debía constituir una alternativa a las políticas sobre las cuales se apoyaba la política del poder: las rivalidades nacionales, el armenmentismo, los acuerdos secretos, las alianzas y el equilibrio del poder.” *Apud* FERREIRA, José Medeiros - *Portugal na Conferência da Paz*, Lisboa: Quetzal, 1992. ISBN 972564140X, p. 37.

³² FERREIRA, José Medeiros - *Portugal na Conferência da Paz*, ..., p. 37.

³³ *Apud* FERREIRA, José Medeiros - *Portugal na Conferência da Paz*, ..., p. 49.

As fragilidades da SDN e as incapacidades da mesma em levar a cabo a missão que presidiu à sua criação são visíveis desde os seus primórdios e, concomitantemente, reflectidas nos comentários seareiros. Aos olhos de alguns destes, a actuação da Sociedade não parece ser, com efeito, suficiente ao reestabelecimento de uma ordem mundial diferente, credora de um Direito Internacional renovado e suportada por valores também eles renovados. Dez anos depois do nascimento da SDN, Luís da Câmara Reis manifesta uma posição bem grave em relação à política internacional e àquela instituição. Em tal contexto, as críticas aos norte-americanos e aos ingleses são transparentes:

A Inglaterra e os Estados- Unidos trocam notas com as grandes potências sobre a paz perpétua, para cuja realização se formou a S. das N. No entanto, o gabinete de Londres envia um *ultimatum* ao Egipto e o de Washington sustenta a política intervencionista na Nicarágua. Somos dos que acreditam firmemente no futuro da S. das N.; mas, é justo confessá-lo, os actuais aspectos da política internacional avigoram o scepticismo dos que só vêem no mundo duplicidade, hipocrisia, cuspidéz e interesses inconfessáveis.

Este cepticismo de Câmara Reis não é recente. Em 1921, já um certo desapontamento sombreia as suas palavras, ao afirmar entender o mundo do pós-guerra como um “espectáculo tumultuoso de interesses e ódios”, marcado pelos “vícios antigos da velha diplomacia” e dominado pela hipocrisia, mesmo quando praticada em nome da justiça e do direito. Personaliza, até, tal lamento nas figuras de Lloyd George (Primeiro-Ministro inglês) e Aristide Briand (Presidente do Conselho e detentor da pasta dos Negócios Estrangeiros da França), apontados como agentes de uma política de inconstância e conveniência, alterada ao sabor das circunstâncias, dos fins e dos interesses nacionais:

[...] Lloyd George, Briand, por exemplo, têm na vida internacional aquela atitude flutuante, acomodatória, pouco nobre, que embacia a limpidez dos caracteres e dá ao oportunismo a sua feição mais desprezível, numa sociedade em que passageiramente se obliteraram a simplicidade e a beleza espiritual da vida.

Ainda assim, Câmara Reis não deixa de depositar esperanças no futuro, consciente de que se vive uma época nova, de regeneração europeia e mundial:

Mas há sintomas animadores. Abatem-se espiritualmente as fronteiras. Já não é apenas a aproximação, imperfeita e material, pelos meios de comunicação e de transporte; é comunidade fraterna dos espíritos, que alia mais harmónicamente dois homens da mesma classe e das mesmas predilecções, vivendo em países muito afastados, do que criaturas de mentalidade e interesses diferentes, forçados ao convívio constante na mesma pátria, na mesma terra, às vezes debaixo do mesmo tecto. Assim, as Pátrias tendem a juntar-se, embora íntegras, numa grande união universal, que não se diferenciará nitidamente nas rivalidades do Latino, do Anglo-Saxão, do Eslavo, do Negro, do Amarelo, do Pele Vermelha - mas se simbolizará, ativa e simplesmente, no Homem.

A partir de um prisma pacifista, universalista e de abertura, o seareiro sente, de facto, que no “viveiro das aspirações humanas esboçam-se formas mais belas de fraternidade”, tendo-se vindo a ultrapassar obstáculos na direcção de uma “grande união universal”³⁴ e da valorização última do próprio Homem.

Pela mesma altura (1921), Jaime Cortesão não se distancia muito das críticas de Câmara Reis, no que respeita à desigualdade de estatutos e comportamentos entre nações europeias, ainda que o faça a partir de uma conjuntura diferente:

Há um mês, desde os acontecimentos de 19 de Outubro³⁵, que a Inglaterra, a França e a Espanha mantêm ali no Tejo alguns vasos de guerra. Porquê? Acaso se tinham dado ataques à vida e propriedade de estrangeiros? Não. Essas nações, que nos veem dobrar as amarguras, humilhando-nos com a presença dos seus barcos, pretendem apenas demonstrar-nos pela fôrça brutal que às nações pequenas não são permitidos os mesmos crimes e loucuras que cometem as grandes.³⁶

Meses depois, é a França quem, na sequência das mudanças governamentais que então regista³⁷, volta a causar inquietação, num cenário que parece aos seareiros de retrocesso e negação das lições do passado recente e das necessidades do presente:

³⁴ REIS, Câmara - “Crónica Internacional”, in *Seara Nova*, 20 de Novembro de 1921, p. 86. Refere-se, concretamente, ao II Congresso Pan-Africano (1921), passo importante no sentido da aproximação entre os povos daquele continente, ao estabelecimento de um regime democrático na Alemanha e ao nascimento dos EUA enquanto potência democrática e à escala mundial. Ainda assim, cerca de quatro anos depois, há dúvidas que continuam a marcar presença no discurso de Câmara Reis: Somos dos que crêem no futuro da Sociedade das Nações, mas reconhecemos que pode ser um grande perigo para a sua eficácia o estrebuchar dos imperialismos agonisantes, sobretudo o imperialismo britânico, com feridas abertas nas cinco partes do mundo...” REIS, Câmara - “Sociedade das Nações”, in *Seara Nova*, 1 de Setembro de 1925, p. 78.

³⁵ Em referência ao episódio que ficará conhecido como “noite sangrenta”, revolta que culminara com os assassinatos de António Granjo (então Presidente do Ministério), Machado dos Santos e Carlos da Maia.

³⁶ CORTESÃO, Jaime - “Os Navios Estrangeiros no Tejo”, in *Seara Nova*, 20 de Novembro de 1921, p. 95.

³⁷ Em referência à queda do elenco ministerial chefiado por Aristide Briand (entre 16 de Janeiro de 1921 e 12 de Janeiro de 1922) e a sua substituição pelo Governo de Raymond Poincaré (entre 15 de Janeiro de 1922 a 29 de Março de 1924).

Quaisquer que sejam as opiniões sobre o falso ou real imperialismo da França, é inegável que a queda de Briand e a chamada ao poder de Poincaré marca uma orientação forte e marcial das direitas. [...] Mas será a *maneira forte* a mais racional e profícua para melhorar os seus recursos e remediar as suas mutilações? Governam-na hoje, mais do que nunca, os incautos homens do passado, as ideias do passado, as sombras do passado... Não seria melhor, para a França e para o mundo, inaugurar uma política mais larga, mais confiante, menos suscetível de represálias e ódios a longo praso?³⁸

Anos depois, os comentários centram-se na Alemanha e nos acordos de Locarno. Com efeito, estes, fundamentais à integração alemã na SDN, em 1926, são acompanhados pela *Seara* e detalhadamente comentados por Jaime Cortesão. São perceptíveis os receios e as incertezas presentes no seu discurso, sintomáticos das feridas ainda abertas provocadas pelos imperialismos e nacionalismos que, na prossecução das suas ambições, haviam trazido ao mundo o primeiro conflito global. De facto, acredita que os alemães serão bem-recebidos na Sociedade, mas não esconde que tal integração possa vir a criar situações de ambiguidade e de injustiça. Eis o contexto que o terá levado a somar a Alemanha ao lote dos países europeus potencialmente ameaçadores dos interesses de Portugal, crendo que, na prática, tal poderá deixar em risco a posse das colónias nacionais:

Haverá então quem, na verdade, creia que a Alemanha tenha abdicado perante os seus mais terríveis inimigos, sem a esperança, sem a garantia de sólidas compensações? E que até os políticos aparentemente mais idealistas não sejam capazes de vestir os egoísmos nacionais com a clâmide das aspirações humanitárias?!³⁹

Na sua óptica, não tardará, pois, até que os membros da SDN, na salvaguarda dos seus interesses e por instinto de autodefesa, se tornem cúmplices, mesmo que passivos, dos abusos das potências mais fortes sobre as restantes. Ainda assim e apesar das contrariedades, Cortesão não deixa de aplaudir o trabalho levado a cabo pela Sociedade, apoiada que é, segundo ele, por uma opinião pública internacional crescentemente imbuída de um “espírito novo de conciliação” e que, por isso, “cada vez mais devemos procurar conhecer entre nós”⁴⁰.

³⁸ “A política francesa”, in *Seara Nova*, 1 de Fevereiro de 1922, p. 183.

³⁹ CORTESÃO, Jaime - “O Património e a Independência Nacional em Perigo”, in *Seara Nova*, 31 de Outubro de 1925.

⁴⁰ *Idem* - “O Significado dos Acordos de Locarno”, in *Seara Nova*, 21 Novembro de 1925, p. 7.

Em termos gerais, os mesmos receios em relação aos alemães são expressos num número especial da *Seara* sobre a questão colonial, de Janeiro de 1926: “acresce, por um lado, que a Alemanha, actualmente em acôrdo com as grandes potências europeias, tem a necessidade visceral de se expandir de novo no ultramar, e, por outro, que certos elementos políticos escondem os seus intentos de conquista sôbre as nossas grandes províncias africanas.”⁴¹

Já no que respeita ao campo económico, as iniciativas da SDN orientadas para a cooperação internacional também merecem acompanhamento pelos seareiros. É o que acontece quando, em 1922, aquela organização convoca a Conferência de Génova⁴². Ainda antes da sua realização, pode ler-se uma reflexão de Quirino de Jesus sobre a sua importância, relevante na medida em que as expectativas criadas em relação ao encontro parecem não ser elevadas por culpa dos próprios portugueses. Criticando os “políticos cheios de ilusões”, o seareiro apela, acima de tudo, a uma renovação interna de Portugal, que, mais do que por imposições externas, passe pela auto-iniciativa da sociedade nacional. De outro modo, “de nada nos serve ir a Génova”⁴³. Já depois do encontro, a *Seara* faz eco do que dele resulta, deixando à reflexão dos leitores o balanço feito pelo Ministro das Finanças espanhol, Francesc Cambó. Ainda que não conteste a relevância que *Génova* tem no quadro de luta pelo estabelecimento da paz mundial, antevê o seu fracasso e a ausência de frutos verdadeiramente significativos no cenário mundial, em grande medida devido à falta de transparência e de coragem nas atitudes políticas dos governantes e à permanência dos egoísmos nacionais. Por conseguinte, o universalismo de Francesc Cambó leva-o a apelar à promoção de posturas tendentes à criação não de “uma frente comum de um grupo de povos contra outro, mas uma frente comum de todos os povos para vencer e dominar a perturbação em que vive o mundo”⁴⁴.

Apesar de tudo e em regra geral, o papel da SDN é valorizado e olha-se para o idealismo subjacente ao seu estabelecimento como uma mais-valia. A crença de que os frutos dos seus trabalhos chegarão num futuro próximo é ponto assente. Afinal, como lembra António Sérgio, “a obra da S.D.N. é ir criando progressivamente o estado de

⁴¹ “Conclusões”, in *Seara Nova*, 9 de Janeiro de 1926.

⁴² Na qual participam a URSS e a Alemanha pela primeira vez depois da Grande Guerra.

⁴³ JESUS, Quirino de - “A Conferência de Génova”, in *Seara Nova*, 1 de Março de 1922, p. 244.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

espírito, a tendência jurídica, que há de levar os Estados todos, com o tempo, a um Direito pacífico internacional.”⁴⁵

3. Europa e *Europas* no discurso seareiro

De modo unânime, a *Seara Nova* admite a existência de uma base comum aos povos do continente europeu que toma a figura de uma matriz cultural e civilizacional partilhada (mesmo que para alguns pensadores, como se verá, os circunstancialismos históricos dos últimos séculos a tenham fragilizado ou eliminado). Isso mesmo se afere de diversos textos acolhidos pela revista sejam eles da autoria de colaboradores seareiros ou recolhidos de outros órgãos de imprensa. Repare-se, assim, na identificação do “europeu actual” como o “homem educado na civilização da Europa”⁴⁶ ou na referência à “unidade espiritual da Europa”⁴⁷, esta última no contexto de se anunciar a publicação do primeiro número da *Europäische Revue*. Atente-se, ainda, no já referido discurso de António Sérgio à associação Voluntários da Paz. A apologia da raiz comum da cultura europeia (ainda que subentendida e referida em contexto mais lato) fica bem patente no seguinte excerto:

Não, meus jovens Amigos: não devemos jámais dizer que acima de tudo somos Franceses, ou Espanhóis, ou Portugueses, - ou mais largamente, que somos «latinos»: mas que somos *Homens*, unidos como irmãos pela nossa comum Humanidade, pela comunhão na vida do Espírito. Isso nos ensinou um Sócrates; isso o que nos ensinou São Paulo; isso o que nos ensinaram, em cada um dos nossos países, os espíritos mais altos de que eles se orgulham: em França, um Descartes e um Pascal; entre nós, Portugueses, um Quental e um Camões; no vosso país, Alemães, um Kant e um Goethe.⁴⁸

Se este fundo cultural e civilizacional comum não é questionado, o mesmo não se poderá afirmar sobre a adesão aos projectos europeus nascidos durante os anos 20, como se verificará. O movimento europeísta ganha impulso ao longo da década através de diversos pensadores. São várias as suas expressões, consoante o enfoque que as teorias ou projectos nesse sentido privilegiam: os aspectos culturais; os factores políticos; ou as questões económicas. Porém, nem todos têm o mesmo impacto por entre

⁴⁵ SÉRGIO, António - “Sociedade das Nações”, in *Seara Nova*, 24 de Outubro de 1925, p. 173.

⁴⁶ “Problemas Políticos Nacionais. A Política de Oliveira Martins”, in *Seara Nova*, Maio de 1923, p. 177.

⁴⁷ “Revista Europeia (Europäische Revue)”, in *Seara Nova*, Maio de 1925, p. 172.

⁴⁸ “Alocação aos ‘Voluntários da Paz’”, ..., p. 333.

os seareiros, por entre os quais as ideias essencialmente políticas e culturais são as que maiores divulgação, reflexão e debate merecem.

3.1 O movimento federalista

Richard Coudenhove-Kalergi é adepto de uma solução federalista para a Europa, materializada na publicação da obra *Pan-Europa*, em 1923, profundamente ligada ao movimento surgido sensivelmente na mesma altura sob a designação de União Pan-Europeia⁴⁹. Atendendo ao contexto em que a jovem SDN se mostra impotente no que concerne à manutenção do equilíbrio das forças mundiais, Coudenhove-Kalergi apresenta uma proposta alternativa à Sociedade de âmbito e escalas diferentes. Defende, assim, uma união, através de um processo faseado, entre as nações europeias capaz de trazer a força e o prestígio de que o continente necessita para se assumir como líder dos destinos mundiais e que lhe permita, simultaneamente, ser garante do equilíbrio entre a potência americana e a potência soviética. Em termos concretos, defende o autor a criação de uma organização federativa entre os países europeus, da qual não fariam parte a Inglaterra e a Rússia⁵⁰.

Os anos seguintes à publicação de *Pan-Europa* são reveladores do debate gerado em torno do projecto, profusamente questionado pelas elites políticas e sociais europeias⁵¹. Do muito que se comenta e produz sobre a obra faz eco a *Seara Nova*. Veja-se a divulgação de um texto assinado pelo conceituado historiador e professor

⁴⁹ Por entre as individualidades que darão a sua adesão à União, contar-se-ão Albert Einstein, Aristide Briand, Thomas Mann, Franz Werfel, Konrad Adenauer, Bruno Kreisky, Georges Pompidou, Raimond Barre e Salvador de Madariaga.

⁵⁰ Leia-se a argumentação do próprio Richard Coudenhove-Kalergi no *Manifesto Pan-Europeu*, publicado em 1924: “«Há muito quem reclame a integração da Grã-Bretanha nesta Pan-Europa. Mas a tal se opõe a própria forma constitucional do império britânico; com efeito, nunca os domínios poderiam suportar que a metrópole se unisse a um agrupamento de Estados, mais estreitamente do que se encontra unida a eles. [...]. Tampouco é possível admitir a Rússia na Pan-Europa. Uma união entre estados de regime democrático e uma potência soviética é, praticamente, irrealizável...[...]»” *Apud* MIGUÉIS, Rodrigues - “Os Estados Unidos Europeus”, in *Seara Nova*, 12 de Agosto de 1926, p. 467.

⁵¹ Para mais pormenores sobre este tema, poder-se-á consultar SILVA, António Martins da - “A Ideia de ‘Estados Unidos da Europa’ no Pós-Primeira Guerra”, separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, Coimbra: Revista de História da Sociedade e da Cultura, 2001, pp. 135-167.

Em Portugal, as teses federalistas, no seguimento do ambiente internacional, também são objecto de grande debate. Recomenda-se, para o esboço de um quadro geral sobre esta questão, a leitura de LEAL, Ernesto Castro - “O Federalismo Republicano Português. Alguns Aspectos (1919-1926)”, in LEAL, Ernesto Castro (coord.) - *O Federalismo Europeu. História Política e Utopia*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. ISBN 9727722628, pp. 119-132.

universitário em Paris Henri Hausser. Segundo este, ideia kalergiana está condenada ao fracasso, porque ignora a falta de unidade europeia em termos geográficos e culturais:

Afigura-se-me que já não há Europa; que êste conceito deixou de corresponder à realidade. Em boa verdade a Europa não pode ser uma expressão geográfica, porque as suas fronteiras [...] variam constantemente [...].

[...]

A Europa não pode ser por mais tempo uma expressão de cultura. Foi-lhe possível sê-lo durante alguns séculos. Mas a expansão europeia apagou as diferenças entre a Europa e o que não é europeu.

Porque ignora a ausência de partilha interna, ao mesmo tempo que secundariza as relações já existentes entre entidades europeias e extra-europeias:

Falam-nos de solidariedade europeia. Há mais solidariedade animada e verdadeira entre Londres e Nova-York, Londres e Terento, Sydney e Capetown, que entre Londres e Sofia, já sem falar de Moscou. A solidariedade britânica, o *Commonwealth of Nations* estende-se a três ou quatro continentes, sem atender à geografia escolástica.

Porque, utópica e arriscadamente, exclui a URSS e a Inglaterra dos seus intentos, criando, além disso, potenciais conflitos entre esta e a França:

Eis o que torna a idea de uma Pan-Europa quimérica. Quimera perigosa, pois que se exclui desta Europa a Inglaterra, corta-se o mais sólido dos laços que unem as nossas velhas nações às recentes comunidades de além-mar; pois que, se nós as fechamos aos Sovietes, fixa-se definitivamente ao Ocidente de Varsóvia, a fronteira da nossa civilização, repelindo a Rússia para o mundo tártaro; porque, emfim, por esta dupla exclusão, se estabelece, entre Berlim e Paris, a mais espantosa das defrontações.

Porque promoverá a continuação dos imperialismos, da divisão do mundo em blocos, da já tradicional sujeição dos países mais frágeis aos mais poderosos:

Pan-Europa! Essa loucura não pesará o valor das individualidades bastante fortes que são as nações europeias, grandes e pequenas, nem dos vínculos ténues, múltiplos, entrecruzados que ligam estas nações, uma a uma, às outras partes do mundo. Opondo massas contra massas, uma Pan-Europa a uma Pan-América, uma Ásia soviética, a África voltada ao etiopianismo, ela prepararia para o futuro a mais pavorosa das guerras, uma guerra dos mundos. No entanto, ela levantará contra o proteccionismo americano uma série de proteccionismos continentais. E êstes imperialismos económicos não trabalhariam pela paz.

São estes os motivos pelos quais Henri Hausser, rejeitando o pan-europeísmo, se mostra inteiramente receptivo a uma alternativa de fundo ou tendência universalizante, capaz de congrega, “por cima das fronteiras arbitrárias dos continentes, todos os homens que, servindo as suas pátrias, aspirem a ser bons cidadãos da humanidade”⁵².

O impacto do projecto de Coudenhove-Kalergi faz-se, naturalmente, sentir por entre os seareiros propriamente ditos. À semelhança de Hausser, também José Rodrigues Miguéis se mostra bastante reticente face ao pan-europeísmo de molde kalergiano, essencialmente por potenciar conflitos, ao considerar útil o estabelecimento de uma aliança defensiva (“e seria de boa política internacional levantar a lebre dum perigo anti-europeu?”), por implicar, na sua essência, um “acto de clara hostilidade” para com a URSS e a Inglaterra, além de ser uma afronta à aliança histórica entre esta e Portugal. Tem-se, por conseguinte, a oposição frontal de Rodrigues Miguéis ao projecto almejado por Kalergi, encontrando, ao contrário deste, a solução para os conflitos mundiais numa perspectiva universalista, anti-bloquista, anti-imperialista, credora, afinal dos princípios pugnados pela SDN:

Tôda a idea que não fôr de união mundial é uma idea de guerra. A existência de blocos é um perigo para a paz do mundo. Defender assim a Pan-Europa política, é esquecer que a primeira condição para um mundo pacífico, homogéneo, é o lento e progressivo desaparecimento das grandes manchas do planisfério político. Nada de sistemas rígidos! [...]

A idea justa é, pois, a da mais larga e profunda união dos povos, das camadas sociais interessadas na paz do mundo, no progresso, na política de igualdade e segurança mútua, - a idea mãe da Liga das Nações, Por isso mesmo, é indispensável a maior liberdade aos povos, essa liberdade que a formação de grandes blocos prejudica [...]. Para que o mapa-mundo se aproxime da unidade de côr, é preciso que os continentes não se vejam repartidos nas quatro ou cinco manchas das grandes potências, mas que se dividam em mil côres diferentes: o fraccionamento dos estados, que parece uma fraqueza trará para os povos a fecuda solidariedade que é a verdadeira fôrça.

Pelo contrário, os grandes blocos [...] são focos de centralização e de opressão, origens de política de ódio, imperialista [...].⁵³

A proposta de Coudenhove-Kalergi não é rejeitada liminarmente pelos seareiro. Pelo contrário, há por entre eles, quem partilhe de tal tese federalista. Em 1929, a *Seara* acredita não ser totalmente irreal ou utópica a crença nas ideias kalergianas,

⁵² “Serão possíveis os Estados- Unidos da Europa?”, in *Seara Nova*, 23 de Junho de 1926, p. 406.

⁵³ MIGUEIS, Rodrigues - “Os Estados- Unidos Europeus”, ..., p. 469.

considerando a sua proposta como potencial reforço do projecto da SDN, no quadro do equilíbrio mundial:

Parece-nos inteiramente digno de aplauso o espírito dêste documento [Manifesto Pan-Europeu] em que não se contém nenhum princípio prejudicial para o equilíbrio político do mundo, nem a menor restrição ao destino da Sociedade das Nações, da qual a União Pan-europeia seria um poderoso auxiliar.

Consequentemente, a revista não se coíbe de reservar parte do seu espaço à publicação de um outro texto assinado por Kalergi cujo teor invoca, de novo, a necessidade de criação de uma federação europeia, promotora do desenvolvimento global das nações e importante par da Sociedade:

A conferência pan-europeia deve reunir-se para liquidar a guerra e reconciliar os povos da Europa. Os govêrnos europeus devem tentar o nobre esforço de organizar política, económica e culturalmente o nosso continente.

Dez anos de Sociedade das Nações deram-nos a prova de que esta instituição não basta para realizar semelhante obra e que, paralelamente à solidariedade dos homens em geral, existe uma solidariedade europeia e, ao lado dos interesses da humanidade, interesses europeus particulares.⁵⁴

Em idêntico sentido vão as linhas assinadas por José Osório de Oliveira, que, por entre críticas ao individualismo dos governantes europeus, reconhece um fundo cultural comum às nações continentais, ainda que não deixe de considerar o *mundo europeu* uma mera parte do *mundo global*:

[...] Todos devemos sentir que existe entre as nações da Europa uma comunidade de interesses espirituais, herança do mundo grego, do mundo romano e do mundo cristão, património do nosso continente [...]. E o que importa é que todos os europeus sintam a existência dêsse espírito e se convençam, portanto, do dever mais alto de sacrificar, se fôr preciso, os interesses restritos das pequenas pátrias que são as nações. Isso mesmo não basta porque, acima, do interesse europeu está o interesse da humanidade em geral, do conjunto a que poderemos chamar a civilização do mundo e de que a civilização europeia faz parte [...]

Por conseguinte, há, em Osório de Oliveira, uma evidente conciliação entre as tendências universalistas e europeístas, sem desprezo, inclusive, para com as teses federalistas, que, de um prisma mais pragmático, acolhe:

⁵⁴ “Pela União da Europa”, in *Seara Nova*, 7 de Fevereiro de 1929, p. 76.

Já é, porém, consolador, verificar que a confederação europeia se apresenta, às mentalidades realistas, como a fórmula necessária para a salvação comum [...]. A prova é o livro de Drieu la Rochelle, «Genève ou Moscou», em que se encara a ideia dos Estados- Unidos da Europa como a única maneira de garantir, senão a supremacia perdida, a independência, ameaçada, da nossa civilização.⁵⁵

Nesse mesmo ano, é a vez de Aristide Briand dar cartas em prol do federalismo europeu, com a apresentação formal à SDN de um projecto que, tendo tal natureza, respeite as soberanias nacionais⁵⁶. Dele faz eco Emílio Costa que, perante os adversários da união europeia, não contém o lamento pela continuação da “nossa tradição de alheamento da vida europeia, como se constituíssemos mundo à parte” e pela fuga “a sete pés de tudo o que é vida europeia”. Assim, Emílio Costa, ao contrário de Rodrigues Miguéis e José Osório de Oliveira, mostra-se receptivo à ideia de uma Europa formal e culturalmente unida enquanto alicerce da paz e da harmonia inter-comunitárias:

Estados Unidos da Europa, unidade económica, abolição de barreiras alfandegárias, espírito europeu, é uma aspiração de grande melhoria de vida para os povos da Europa e, sobretudo, para garantia do maior bem: a paz. É a mais forte garantia de paz entre as nações e, por isso, a mais forte garantia de prosperidade geral. Sejamos, portanto, europeus - Europe, ma patrie, segundo a fórmula de Gaston Riou. Sejamos europeus para bem de nós próprios, os portugueses, pois que portugueses não deixaremos de ser [...].⁵⁷

Por seu turno, ainda que não seja claro sobre o espaço político e geográfico (se à escala europeia ou se a uma outra) em que tal projecto se deverá implementar, Raul Proença também se assume adepto do federalismo. Logo em 1922, cerca de três anos após a fundação da SDN, propõe a constituição de um organismo internacional, cimentado na solidariedade entre os seus membros, em ideias e interesses compartilhados que aproximem comunidades, sem prejuízo das suas autonomias e independências:

⁵⁵ OLIVEIRA, José Osório de - “O Espírito Europeu”, in *Seara Nova*, 18 de Abril de 1929, pp. 200-201.

⁵⁶ Leia-se o seguinte artigo para uma visão mais detalhada sobre o projecto de Briand SILVA, António Martins da - “A Ideia de Europa no Período entre as Duas Guerras. O Plano Briand e o Posicionamento Português”, separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2. Coimbra: s.n., 2002, pp. 85-151 ou LOPES, António Cordeiro - “A União Federal Europeia na Imprensa Portuguesa (1929-1930)”, in LEAL, Ernesto Castro (coord.) - *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. ISBN 9727722628, pp. 133-152.

⁵⁷ COSTA, Emílio - “Estados Unidos da Europa e Patriotismo de Pé Atrás”, in *Seara Nova*, 13 de Fevereiro de 1930, p. 124.

[...] A maior parte dos internacionalistas não pensa em fusão, mas em federação. Partem do princípio de que, diferentes como são os homens, há todavia entre todos eles ideias, sentimentos e interesses comuns, sendo, pois, necessário que alguma instituição organize essas ideias, satisfaça esses sentimentos, defenda esses interesses. [...]

A criação de uma 'ordem humana', duma Pátria internacional, não destruiu as pátrias particulares, como a criação duma 'ordem nacional' não destruiu os indivíduos que constituem as nações. Ela é, pelo contrário, a garantia completamente eficaz da sua existência. O estatuto jurídico supra-nacional terá os efeitos do estatuto jurídico nacional; assegurará os direitos legítimos de todas as nações, isto é, todos os direitos que se não oponham aos direitos comuns e aos interesses comuns da humanidade. Terminará assim o regime, aliás, inteiramente fictício, da soberania nacional absoluta; mas terminará da mesma forma o regime da violência e da agressão, ou o da 'protecção' dos pequenos Estados pelos grandes. Nas circunstâncias actuais os povos mais fracos estão sempre sujeitos às surpresas da força e da audácia, e para se presumirem contra elas, mister lhes é sacrificar em alianças com as grandes potências uma parte considerável da sua soberania. Para maior proveito da humanidade? Não, para benefício exclusivo dessas grandes potências. Os internacionalistas querem terminar com estas violências e estes vexames, estas soberanias irrisórias, estas esferas de influência, estes particularismos hostis, estas combinações frustes ou artificiais: para toda a nação o direito de viver em liberdade e dignidade, com a condição essencial de não lesar os interesses humanos. As nações não devem ser soberanas na sociedade mundial senão na medida em que os indivíduos o são na nação. Não há ordem possível, nem organização possível do mundo, nem criação possível duma moral humana, sem a renúncia definitiva a essa fantasmagoria jurídica da soberania nacional absoluta. [...]

De mais a mais, o seu entendimento e o seu realismo apontam-lhe a solução federalista, se materializadora da solidariedade económica entre todos, como indispensável à reconstrução material dos países:

[...]

Se, deixando a esfera do ideal, nos colocamos no domínio das realidades, veremos que são os próprios interesses económicos que abatem cada vez mais as fronteiras das nações. O mal-estar dum membro social repercute-se imediatamente, no estado actual do mundo, sobre todo o corpo social. Condena-nos a necessidade a sermos irmãos siameses; somos obrigados à fraternidade pela própria natureza das coisas. Terminou a lei do isolamento; vivemos, quer queiramos quer não, sob a lei irremessível da solidariedade. A fraternidade ou a morte; a paz ou a miséria; a federação humana ou a ruína da civilização humana, tais são os dilemas que nos põe o estado actual do mundo.⁵⁸

3.2. Outras expressões europeístas: o papel das elites

As ideias federalistas de Coudenhove-Kalergi criam relutâncias por entre alguns dos seareiros, o que não se pode estranhar dadas, por exemplo, as melindrosas questões

⁵⁸ PROENÇA, Raul - "Nacionalismo e Internacionalismo", ..., pp. 40-42.

políticas e de soberania nacional que necessariamente levantam, mas o mesmo não acontece com outro género de propostas de tendência europeísta. Muitos dos projectos em que os círculos sociais mais esclarecidos são chamados a intervir de uma perspectiva intelectual comprovam o interesse da *Seara Nova* e dos seus colaboradores, no cumprimento, aliás de um dos princípios fundadores do grupo e da revista.

A este título, veja-se a imediata simpatia manifestada pela então recém-constituída Liga Europeia para a Defesa da Liberdade, em 1926, alicerçada nos valores democráticos que os seareiros partilham no seu espaço e nascida da evidente preocupação das elites em evitar o avanço de regimes fascistas⁵⁹, renovando-se e desenvolvendo-se para fazer face a tal cenário. Por isso se refere António Sérgio à Liga como “grande acontecimento moral e político”, em cuja génese estão “os maiores homens da ciência e da filosofia francesa, e a que já demos a nossa adesão”. Deste modo, também Sérgio se mostra disponível à participação em debates e reflexões que promovam a modernização das “instituições parlamentares, para as adaptar às condições actuais da vida económica e social”, no sentido de garantir a sobrevivência das democracias, da liberdade e das liberdades, no contexto de uma Europa que “aspira à união pelo trabalho e pela paz”⁶⁰. Este teor é repetido pelo manifesto de criação da Liga, publicado noutro número da *Seara*, reforçando, entre outras, a crença de que “seuls les régimes de liberté peuvent maintenir la paix, sous l'autorité bienfaisante de la S.D.N. et écarter l'affreuse perspective d'une nouvelle guerre civile entre Européens”⁶¹.

No mesmo âmbito, é sobremaneira interessante verificar o espaço que a *Seara Nova* reserva à divulgação da obra de Karl Rohan. Entre 1924 e 1925, a revista acolhe artigos da sua autoria, a propósito do papel dos intelectuais na formação e na consolidação de um espírito europeu, num momento em que reflecte sobre o pós-guerra e se depara com factos que lhe causam preocupação:

Com efeito, o que mais importa atender é a profunda falta de firmeza e o receio do futuro que observamos nos nossos melhores europeus. Vêmo-los a perguntar a si mesmos se a Europa encontrará em si a força suficiente para

⁵⁹ Afirma Raúl Proença, a propósito de Benito Mussolini cujo “rosto é um dos maiores argumentos contra o Fascismo”, que o “seu Império envergonha o mundo moderno”. PROENÇA, Raul, *in Seara Nova*, 27 de Março de 1936, p. 1.

⁶⁰ SÉRGIO, António - “Liga Europeia para a Defesa da Liberdade”, *in Seara Nova*, 30 de Janeiro de 1926 p. 231.

⁶¹ “Liga Europeia para a Defesa da Liberdade”, *in Seara Nova*, 21 de Fevereiro de 1926, p. 54.

rasgar os novos caminhos de um futuro rico de esperanças, por entre os escombros em que a precipitaram a guerra e a revolução.⁶²

Por conseguinte, Rohan atribui às elites europeias a missão de, por um lado, contribuir para a manutenção do pensamento comum e, por outro, de estimular a regeneração do mesmo, através da sua refundação em valores novos que conduzam à sobrevivência e ao progresso da civilização europeia:

[...] Sem elite, sem camada cultural, não poderá manter-se a continuidade: é ela quem cria atmosfera, ambiente, e liberdade próprias para gerar coisas grandes.

Apesar da ameaça de decadência cultural que impende sobre nós, - ou antes, justamente por causa dela, deverá a Europa devaluar-se em conservar a sua elite.⁶³

É uma convicção, aliás, repetida por diversas vezes:

[...] Julgamos que a falência da Europa só pode ser evitada - mesmo que o continente saia da crise actual revigorado e rejuvenescido, - se se conseguir organizar uma união das elites, na qual os ódios não possam ter acesso. [...]

[...] Só esta união das elites poderá evitar a queda ou, antes, a desagregação da Europa.⁶⁴

Assim se explica o impulso por si dado à criação do movimento das Uniões Intelectuais, o qual, longe de ser um mero fórum de discussão ou reflexão colectiva, pretende ser agente da transformação europeia⁶⁵...

[...] O seu objectivo interessa, portanto, os homens que vêem os perigos que ameaçam hoje a cultura europeia, não dum ponto de vista, puramente especulativo e abstracto, mas, bem ao contrário, vendo o aspecto trágico da situação de maneira a senti-lo agudamente, e como um sofrimento pessoal.

[...]

As «Uniões Intelectuais» constituem, portanto, consideradas do ponto de vista espiritual, uma espécie de comunidade que se espalha por toda a Europa, cujos membros chegaram a um acôrdo sobre a crise vital que o continente atravessa hoje, unindo-se na vontade comum de cumprir cada qual o seu dever, trabalhando pessoalmente nos remédios a aplicar à gravidade da situação.

⁶² ROAHN, Príncipe Carlos de - “As ‘Uniões Intelectuais’. I - O seu Objecto”, in *Seara Nova*, 29 de Abril de 1926, p. 249.

⁶³ “Pela União dos Intelectuais”, in *Seara Nova*, Junho de 1924, p. 241.

⁶⁴ ROAHN, Príncipe Carlos de - “As ‘Uniões Intelectuais’. II - O Movimento”, in *Seara Nova*, 3 de Junho de 1926, p. 355.

⁶⁵ A Federação é criada em Novembro de 1924 em Paris, mas corporizando um movimento que já se vinha desenvolvendo desde os inícios dessa década. Em 1925, as Uniões já se encontram implementadas um pouco por toda a Europa, marcando presença real ou quase efectiva em países como Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Jugoslávia, Polónia, Portugal, Suíça, Suécia e Checoslováquia.

... num quadro de actuação, por um lado, nacional e suprapartidário, em subordinação à “necessidade de estarem as elites acima dos partidos” e, por outro, com dimensão supranacional, com a exigência do “reconhecimento consciente da unidade real da Europa.”⁶⁶

Além do mais, é com base nas mesmas premissas que Rohan funda, em 1925, a anteriormente referida *Revista Europeia*, iniciativa internacional a que os seareiros dizem não ser indiferentes, por se propôr ela a “concorrer para que surja à plena consciência dos homens cultos a ideia da unidade espiritual da Europa”, na crença de que tal depende do “conhecimento e [d]a mútua compreensão entre os povos”⁶⁷.

Notas finais

Ao longo dos anos 20, as páginas da *Seara Nova* são, efectivamente férteis na divulgação, na reflexão e na discussão de temáticas internacionais, o que não surpreende se, por um lado, se tiver em conta os propósitos e o espírito da revista e, por outro, o contexto mundial em que tal ocorre. Os circunstancialismos da época, verificados num cenário de pós-guerra e de profunda alteração do equilíbrio das forças políticas, obrigam a Europa a uma redefinição política e territorial que, naturalmente, desperta o debate, a reflexão e a discussão por parte das elites políticas e intelectuais de diversos países. A derrota dos imperialismos e dos nacionalismos continentais, a par do reforço das democracias - com particular destaque para a emergência dos EUA na qualidade de potência mundial -, bem como a pesada herança económica, social e até moral legada pela 1ª Grande Guerra empurram as nações para um necessário repensamento da política e das políticas internacionais. Nesse âmbito, as tendências internacionalistas e pacifistas ganham expressão e materializam-se, entre outros aspectos, na criação da Sociedade das Nações, organização a que os seareiros dão o seu *sim* claro e imediato, ainda que venham a ser bastante críticos da sua actuação e da real eficácia quanto ao

⁶⁶ ROAHN, Príncipe Carlos de - “As ‘Uniões Intelectuais’. I - O seu Objecto”, ..., p. 250. Dito de forma ainda mais clara: “O fim claramente determinado [do Movimento] foi, não a propaganda de uma doutrina abstracta, mas a organização prática dum agrupamento de indivíduos cultos e de trabalhadores intelectuais.” ROAHN, Príncipe Carlos de - “As ‘Uniões Intelectuais’. II - O Movimento”, ..., pp. 354-355.

⁶⁷ “Revista Europeia (Europäische Revue)”, ..., p. 172.

alcance do seu fim último: a paz universal. De mais a mais, na óptica dos colaboradores da *Seara*, a história de Portugal, comprovadora do seu carácter internacionalista e de abertura para com *os outros*, está em estrita harmonia com as premissas inerentes à constituição da SDN, pelo que não encontram motivos que permitam desaprovar a participação nacional em tal projecto.

O entendimento deste panorama afigura-se imprescindível à compreensão do *sentimento europeísta* dos seareiros, campo onde não se encontra visão uniforme e unânime. A existência de um caldo cultural e civilizacional que gera sentimentos de identificação e pertença entre os povos europeus não é, de todo, rejeitada. Há, no seu colectivo, uma ideia de *homem europeu*, de *cidadão europeu*, de *cultura europeia*, de *civilização europeia*. Isso mesmo se deduz de múltiplos aspectos, com destaque para a abertura e a divulgação que a *Seara Nova* concede aos projectos claramente europeístas impulsionados por Karl Rohan e ilustres individualidades intelectuais que a ele se associam e, além do mais, em harmonia com a lógica seareira que atribui às elites pensantes a responsabilidade pela orientação geral das sociedades, verdadeiras condutoras dos destinos colectivos, guardiãs da cultura comum e, por isso, fundamentais à (re)formação e à consolidação da consciência europeia. Porém, não se verifica idêntica sintonia no que concerne à dimensão política e económica supranacional que alguns pensadores e estadistas conceptualizam e projectam para a Europa. Por parte de alguns seareiros, há, de facto, alguma hesitação quanto às propostas de união política ou económica das nações europeias, o que é compreensível dentro de um panorama em que a SDN, a partir de 1919, pretende assumir-se como protagonista e ponto de convergência do entendimento inter e supranacional. Além do mais, uma construção europeia de tal natureza seria, para os mesmos, uma simples continuação das políticas de blocos, ambições imperialistas e choques entre potências que estiveram na génese da Grande Guerra.

Em suma, é possível afirmar que o percurso e o discurso da *Seara Nova* ao longo dos anos 20 em matéria de política internacional espelha, em escala reduzida, as dúvidas e as indefinições que caracterizam o processo de reequilíbrio das forças políticas e económicas mundiais posto em marcha no imediato pós-guerra, centralizado e efectuado, em boa medida, na e pela SDN e, por conseguinte, dentro de um quadro legal e institucional que procura instituir um novo Direito Internacional. Mas é também

dentro deste contexto de cooperação internacional à escala supracontinental que os movimentos europeístas, sejam de natureza cultural, política ou económica, por entre hesitações, incertezas e ambições, vão progredindo. Assentes essencialmente na evocação dos elos milenares e históricos que validam a cultura e a civilização europeias, assumem-se acérrimos defensores e propagandistas de projectos comunitários, alguns dos quais verdadeiramente revolucionários, inovadores e antecipadores da *Europa* do futuro. Da construção europeia dos anos 50 que, por ironia da História, será desencadeada após um segundo conflito armado de alcances calamitosos - a 2ª Guerra Mundial.

Artigo Recebido a 13 de julho de 2016 | Aceite a 09 de outubro de 2016